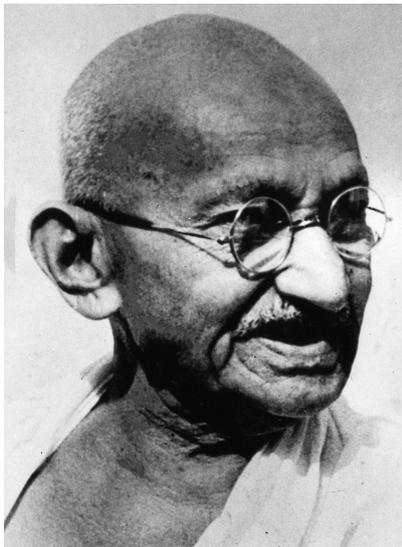

Justiça da Índia vai decidir se reabre caso sobre morte de Gandhi

Quase 70 anos depois do assassinato de Mahatma Gandhi, em 30 de janeiro de 1948, a Suprema Corte da Índia vai decidir se reabre ou não as investigações sobre o caso, a pedido de um pesquisador que diz ter sido organizada uma conspiração para encobrir parte da verdade.

Wikimedia Commons



Mahatma Gandhi foi alvo de tiros em 1948; dois réus foram condenados.
Wikimedia Commons

A corte já nomeou um advogado para elaborar parecer sobre a reabertura do caso, de acordo com a emissora NDTV da Índia. Amrender Sharan deve atuar de forma imparcial, como “amigo da corte” (*amicus curiae*).

Em audiência de 15 minutos nesta sexta-feira (6/10), os ministros adiantaram ao peticionário, Pankaj Phadnis, que, à primeira vista, não encontraram elementos para atender ao pedido. Ainda assim, comunicaram que Sharan terá toda liberdade para avaliar o caso. Uma nova audiência foi agendada para 30 de outubro.

O autor da ação, membro de uma organização de Mumbai, alega que houve um terceiro atirador na cena do crime – e não dois, como ficou registrado no julgamento de 1948 –, que teria sido poupado nas investigações à época. Também relata que quatro tiros atingiram Gandhi e não três, como conta a história.

Além disso, Phadnis diz que foi encoberta nas investigações da época a participação da unidade secreta britânica “Force 136” no assassinato.

Apenas dois réus, Nathuram Vinayak Godse e Narayan Apte foram condenados pelo assassinato de Gandhi. Apte serviu ao exército britânico. Ambos foram enforcados na prisão, em 1949. Outras seis pessoas foram condenadas como cúmplices, algumas delas à prisão perpétua. O acusado de encomendar o crime, Vinayak Savarkar, foi absolvido.

Colaborador da Justiça

A expressão latina *amicus curiae* é normalmente traduzida como “amigo da corte” (*friend of the court*, em inglês). Teoricamente, devem ajudar juízes na tomada de decisões bem informadas.

Na prática, a Índia tem funções extras para um *amicus curiae*, além de oferecer um parecer imparcial à corte: pode ser um advogado apontado pela corte para defender um réu que não tem recursos para contratar um defensor. Em outras palavras, um advogado dativo. E isso pode acontecer em casos civis também.

Nos Estados Unidos, um *amicus curiae* também é um “colaborador da Justiça”, mas raramente imparcial. Na verdade, ele toma partido em um julgamento. A prática mais comum é o protocolo, na Suprema Corte, de “petição do *amicus curiae*” (*amicus brief*) em favor de uma parte, conforme os interesses que defendem.

Por exemplo, no processo de legalização do casamento gay, entidades religiosas, organizações conservadoras e alguns estados protocolaram *amicus brief* contra; organizações liberais, entidades representantes dos LGBT e várias dezenas de grandes corporações protocolaram petições a favor.

Por que grandes corporações iriam orquestrar uma petição do *amicus curiae* a favor da legalização do casamento gay? Por que cada estado tinha legislação diferente, que obrigava as corporações a ter políticas trabalhistas e procedimentos administrativos diferentes. Por exemplo, em alguns estados eram obrigadas a reconhecer os direitos do cônjuge do empregado gay, em outros eram proibidas.

Elas queriam que a Suprema Corte unificasse a legislação em todo o país, para que elas pudessem ter os mesmos procedimentos administrativos, as mesmas políticas trabalhistas em todos os estados. Assim, peticionaram um *amicus curiae* coincidente.

Date Created

07/10/2017